

HABEAS CORPUS Nº 493.313 - GO (2019/0041930-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : KARLA PEIXOTO SILVA SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : WELINTON RODRIGUES DA SILVA - GO046644
KARLA PEIXOTO SILVA SANTOS - GO0043073
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JEFFERSON ESTHEFANO DE SOUZA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de JEFFERSON ESTHEFANO DE SOUZA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no julgamento do HC n. 5600183.78.2018.8.09.0000.

Extrai-se dos autos que, em 5/12/2018, o paciente foi preso em flagrante em pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e no art. 12 da Lei 10.826/2003 (tráfico de drogas e posse de arma de uso permitido). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA DECISÃO QUE CONVERTEU A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. REQUISITOS PREENCHIDOS. BONS PREDICADOS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 1) Estando a decisão combatida embasada em elementos concretos dos autos, com fulcro na materialidade do crime, indícios de autoria e, especial, na garantida da ordem pública, em razão da possibilidade de reiteração delitiva do paciente, que demonstrou ter personalidade voltada às práticas delitivas, pois mesmo respondendo a outras duas ações penais pela suposta prática do crime previsto no artigo 180, *caput* do Código Penal, em liberdade provisória, em tese, voltou a delinquir, revelando risco social se solto. 2) Preenchidos os requisitos legais para a manutenção da prisão preventiva, inoportável é a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, por restarem demonstradas insuficientes para garantir a ordem pública. 3) A alegação de bons predicados pessoais, por si sós, não ensejam a liberdade provisória, especialmente quando não comprovados nos autos e demonstrada a imprescindibilidade da custódia cautelar. 4) **ORDEM**

CONHECIDA E DENEGADA (fls. 42).

No presente *writ* o impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva imposta ao paciente. Assevera que não foi apresentada fundamentação concreta que justifique a segregação, baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Afirma que o paciente é primário, não possuindo condenação com trânsito em julgado, sendo, portanto, inadmissível a utilização de outras anotações pelo delito de receptação, ainda em fase de investigação, como fundamento para a prisão preventiva.

Pondera que o paciente conta com condições pessoais favoráveis, indicando a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo *perfunctório*, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

